

LETRAMENTO E ANALFABETISMO: REFLEXÕES SOBRE CONCEITUAÇÕES, ÍNDICES E DESAFIOS

José Adailton C. Freire*
Daiane da C. Barbosa**

Resumo

O presente trabalho pretende, primeiramente, esclarecer as razões que deram origem ao termo letramento. Considera-se esse fenômeno como a funcionalidade das habilidades de leitura e escrita, especialmente para atender às novas demandas sociais nas quais o sujeito está inserido. Além de esclarecer esse novo vocábulo, o artigo propõe-se iniciar uma discussão sobre a temática, ressaltando a importância do tema para o avanço da educação brasileira. Para finalizar, serão apresentados resultados de algumas pesquisas de instituições científicas que se preocupam em verificar o nível de letramento da população. Embora, de certo modo, essas estatísticas reflitam a condição brasileira de alfabetização e letramento, elas apresentam consideráveis problemáticas. Isso decorre de algumas dificuldades metodológicas que são encontradas e impedem o seguro mapeamento desse tipo de informação.

Palavras-chave: Analfabetismo. Letramento. Leitura. Escrita

Abstract

This paper aims, at first, distinguishing between the concepts of alphabetizing and literacy. The latter takes into account the functionality of reading and writing skills, especially to meet the new demands of society in which the subject is found. In addition to clarifying this new term, we intend to start a discussion on the matter, stressing the importance of the theme for the advancement of education in Brazil. Finally, we will present some results of researches from scientific institutions which attempt to measure the level of literacy of the population. Although to some extent, these statistics reflect the status of alphabetizing and literacy in Brazil, they have quite problems. This is due to some methodological difficulties that are found and prevent safe accurate information.

Keywords: Illiteracy. Literacy. Reading. Writing

*Graduado em Comunicação Social – Jornalismo – IFAL
dal.freire@hotmail.com

**Mestranda em Educação Brasileira – UFAL
newdaday@yahoo.com.br

Introdução

Com o surgimento do termo “letramento”, novas discussões em torno da temática “alfabetização” voltaram à tona. É justamente para trazer esse fenômeno relativamente novo ao centro da discussão acadêmica que esse trabalho foi produzido. Diante dos novos desafios socioeducacionais, em que alfabetizar se tornou insuficiente para promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades, percebe-se o surgimento de um termo que tenta suprir a carência educacional: letramento.

O presente artigo se propõe iniciar um debate sobre letramento, alfabetização e analfabetismo funcional. Embora se saiba que este trabalho não consegue diluir toda a complexidade do tema, é importante para fomentar uma reflexão sobre o assunto, principalmente porque as temáticas tratadas são alguns dos desafios que a educação brasileira enfrenta na pós-modernidade.

Por questões didáticas, dividiu-se o artigo em quatro partes: na primeira, o foco recai sobre as questões de alfabetização, trazendo um breve panorama sobre a evolução do termo e apontando também aspectos do analfabetismo funcional; no segundo, procura-se explicar o surgimento do fenômeno do letramento, abordando seus conceitos e suas dimensões; no terceiro momento, tratar-se-á sobre as dificuldades de medição e avaliação do nível de letramento.

O último tópico será encerrado com a apresentação de estatísticas que, até certo ponto, refletem as condições socioeducacionais do nosso país. É considerado apenas “até certo ponto” porque existem diversas variáveis que tornam a definição de letramento ainda em processo de construção.

São observados os dados pesquisados através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que objetiva avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e da aprendizagem no Ensino Fundamental; de censos populacionais e levantamentos estatísticos promovidos pelo Governo Federal com a população, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF, realizado pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a Ação Educativa.

1 Analfabetismo: considerações preliminares

O analfabetismo é um problema social ainda presente em todo o país. Durante grande parte da nossa história, apenas uma minoria seleta usufruía dos direitos à leitura e à escrita. As habilidades de ler e escrever sempre estiveram associadas ao poder econômico. Entretanto, com a modernização e as inovações tecnológicas do novo século, ler e escrever tornou-se habilidades não apenas necessárias, mas essenciais a todos os indivíduos, independentemente de classe social.

É interessante compreender que analfabetismo não é um problema de responsabilidade, apenas, do sistema escolar brasileiro, mas é, sobretudo, um problema

social, que reflete os desajustes de um país em desenvolvimento. O analfabeto é, antes, aquele que, “em suas condições concretas de existência, sobrevive com o mínimo de conhecimentos, o mínimo aprendido pela aprendizagem oral, que se identifica com a própria convivência social” (PAINI et al, 2005, p. 225).

A concepção de analfabetismo passou por transformações ao longo dos anos. Na primeira metade do século XX, uma pessoa era considerada analfabeta ou alfabetizada se soubesse assinar o próprio nome (PAINI et al, 2005). A partir de 1950, sob influência do conceito formulado pela UNESCO (RIBEIRO, 1997), o critério passou a ser a habilidade de ler e escrever um bilhete simples. Isso ocorreu porque as demandas sociais mudaram. Atualmente, assinar ou desenhar o próprio nome não é suficiente para participar das atividades sociais do nosso cotidiano, independentemente da classe social em que o sujeito está inserido.

Porém, apesar de a concepção mais aceita sobre analfabeto ser através do critério da UNESCO, há pesquisadores que apresentam alguns questionamentos. A definição da UNESCO não dá conta de explicar como uma pessoa considerada analfabeta – que não sabe ler nem escrever um texto simples – consegue ler placas de ônibus, identificar informações importantes em supermercados, identificar anúncios, propagandas, receitas médicas, contas de água, luz, telefone, marcas de produtos diversos etc.

Será que essas habilidades desenvolvidas no seu cotidiano não lhe permitem certo nível de letramento? Supondo que sim, se esse nível de letramento, ainda que precário, garante o acesso a algumas atividades do mundo letrado, essa pessoa ainda deverá ser considerada analfabeta?

Observamos, assim, que a definição formulada pela UNESCO não consegue explicar o fenômeno do analfabetismo nas suas mais variadas formas. Por outro lado, o fato de um analfabeto ser capaz de “ler” uma placa de ônibus ou identificar uma receita médica não pode constituir-lo em um sujeito alfabetizado, pois ele ainda depende de um ensino sistemático para a aprendizagem do sistema alfabético, que constitui a base estrutural dos textos escritos.

Essas habilidades de identificação de algumas informações de gêneros textuais desenvolveram-se por uma necessidade de sobrevivência e se baseiam em suposições, identificação de formas, figuras, cores etc. Essas inferências, certamente, garantem a sobrevivência em várias situações. Contudo, é uma aprendizagem assistemática, informal e extremamente limitada. Por isso, o analfabeto continua ainda alheio às atividades sócio-culturais que ocorrem nas sociedades letradas e não está apto a participar e atuar nessa sociedade de maneira autônoma.

Outra consideração sobre o analfabetismo ainda se faz necessária. Na década de 1990, os estudiosos começaram a perceber que muitos dos que tinham frequentado a escola, ou seja, as pessoas consideradas alfabetizadas, não conseguiam utilizar a leitura e a escrita em atividades de seu dia-a-dia. Tal fenômeno ficou popularmente conhecido como analfabetismo funcional.

Diante dessa realidade, o IBGE incluiu nas pesquisas censitárias o critério “anos de estudo”. Esse critério possibilitou a divulgação dos índices de analfabetismo funcional, conforme o número de séries concluídas no fluxo regular do sistema educacional. Foi

considerado analfabeto funcional o indivíduo que possuía menos de quatro anos de escolaridade. Para Magda Soares,

Esse critério fundamenta-se no pressuposto de que, atingido certo grau de instrução, o indivíduo terá não só adquirido a tecnologia da escrita, isto é, terá se tornado alfabetizado, mas também terá se apropriado das competências básicas necessárias ao uso das práticas sociais de leitura e escrita, isto é, se tornado letrado (SOARES, 2003, p. 96).

Contrapondo-se à terminologia “analfabetismo funcional”, Ferraro (2002) propõe uma classificação mais precisa para avaliar os níveis de letramento da população brasileira. Com base no critério censitário “anos de estudo”, classifica os níveis de letramento¹ em nível 1, nível 2 e nível 3.

Entretanto, essa classificação apresenta-se problemática, uma vez que o fato de se ter menos de quatro anos de escolaridade não assegura que o indivíduo seja incapaz de utilizar as habilidades de leitura e escrita no seu cotidiano. As atuais demandas sociais apontam que a probabilidade de se usar as habilidades de leitura e escrita aprendidas na escola é consideravelmente alta.

Porém, apesar das limitações, Ferraro (2002, p. 32) concorda que esse critério censitário deva ser preservado por se constituir na única informação do estado educacional da população disponível nos censos anteriores a 1940 e por indicar a existência (ainda considerável) do fenômeno do analfabetismo.

De modo geral, o analfabetismo ainda é um problema social preocupante em nosso país, uma vez que as exigências do mundo globalizado tornam-se cada vez mais numerosas. É necessária a implantação de políticas públicas que consigam reduzir, eficazmente, esse problema. Políticas que não se constituam em programas esporádicos de alfabetização, mas que tomem como foco principal a formação do leitor frente às demandas sociais de seu cotidiano.

2 Letramento: surgimento, conceitos e dimensões

Embora o termo “letramento” seja relativamente novo e tenha nascido para designar a funcionalidade da alfabetização, já é um fenômeno no qual se pensava há bastante tempo. É possível perceber isso quando se lê o livro “A importância do ato de ler: em três artigos que se completam”, do pedagogo Paulo Freire. O excerto a seguir confirma esse raciocínio. “Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (FREIRE, 1989, p. 7).

Freire não compreendia o processo de alfabetização apenas como um reconhecimento do código ou uma manipulação mecânica da língua, mas defendia justamente a importância desse processo cognitivo para inserir o sujeito no contexto social, dando condições de igualdade e oportunidade a todos. Para isso, torna-se fundamental o “letramento”.

Mas o que seria exatamente letramento? Primeiramente, é interessante observar que o termo letramento surgiu do conceito de alfabetização. Quando esta não dava mais conta das demandas sociais, ou seja, quando se percebeu que alfabetizar, no sentido de conhecer o código linguístico e fazer uso rudimentar deste não era suficiente para inserir o sujeito em sociedade, dando a plenitude de seus direitos, outro termo foi criado com o objetivo de designar a utilização das habilidades de leitura e escrita: letramento.

Segundo Magda Soares, letramento é

O estado ou a condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida. Enfim: letramento é o estado ou a condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2009, p. 44).

Ao observar melhor esse conceito, compreende-se que o foco do letramento reside num estado/condição social daquele que faz uso da leitura e da escrita. Para isso, é preciso que o indivíduo assuma para si, aproprie-se dessas duas destrezas, visto que elas são exigidas em praticamente todas as atividades sociais. Em uma sociedade grafocêntrica como a do século XXI, faz-se necessário que o sujeito seja capaz de fazer uso efetivo dessas habilidades, para permitir sua inserção/inclusão na comunidade.

Uma curiosidade é que enquanto os países desenvolvidos já se preocupavam, há décadas, com os níveis de letramento de sua população, no Brasil e em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, a preocupação ainda era (em alguns casos, ainda é) o índice de alfabetização. Em outras palavras, o Brasil se preocupa em diminuir suas taxas de analfabetismo, enquanto Estados Unidos e países da Europa já se empenham em tratar das questões funcionais, ou seja, dos níveis de letramento.

Para promover o letramento, é fundamental a efetivação de, pelo menos, duas ações diretas: promover uma escolarização de qualidade, uniformizando a educação em todo o país; e disponibilizar material de leitura para a população, tanto por meio das próprias escolas, como por bibliotecas públicas.

Essas ações poderão promover a utilização das habilidades de leitura e escrita em situações de comunicação, uma vez que o indivíduo letrado não apenas sabe ler e escrever, mas utiliza socialmente essas duas habilidades, atendendo às demandas sociais da comunidade da qual faz parte. É interessante ressaltar essa questão para compreender melhor as dimensões do letramento.

Segundo Soares (2009), o letramento possui duas dimensões, sendo uma individual e outra social. Na primeira, o indivíduo adquire a tecnologia da leitura e da escrita, que envolve tanto as habilidades psicológicas como as linguísticas, as quais vão desde a capacidade de decodificar e codificar palavras escritas até a competência de compreender e escrever textos. Ler e escrever envolve uma série de processos complexos, a exemplo dos seguintes: interpretar sequências lógicas de um enunciado e combinar conhecimentos prévios com informações textuais – com relação à leitura; registrar unidades de sons e transmitir significados de forma adequada – com relação à escrita.

Já na dimensão social, “letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais” (SOARES, 2009, p. 72). Em outras palavras, a

dimensão social se refere à maneira como os sujeitos participam de um conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita.

Tanto a dimensão individual como a social englobam dois processos essenciais, porém diferentes: ler e escrever. Tomando como fundamental a apropriação dessas destrezas para o indivíduo passar da condição de iletrado para letrado, verifica-se que não é possível ainda delimitar essa linha divisória de maneira não arbitrária. Essa questão é justamente a maior dificuldade em definir um conceito de letramento que abranja todas as suas peculiaridades.

Mesmo não existindo ainda uma definição que abarque toda a complexidade desse termo, é consenso que o letramento é fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, por meio da inclusão dos indivíduos nas relações e práticas sociais de uma sociedade grafocêntrica.

3 Avaliação e medição do letramento

A preocupação com a medição e a avaliação das taxas de alfabetismo no país é um fato bastante recente. Como o maior problema foi, por muito tempo, os altos índices de analfabetismo absoluto, as pesquisas detinham-se, apenas, em classificar, dentre a população brasileira, os alfabetizados e os analfabetos.

Contudo, sabe-se que medir o letramento não é uma tarefa fácil, uma vez que o conceito de letramento varia de acordo com o momento histórico e o lugar social em que o fenômeno ocorre. Assim, o conceito de letramento depende das demandas sociais de uma comunidade, num dado momento de sua história.

Além disso, o letramento é um fenômeno complexo, refere-se a uma grande variedade de habilidades de leitura e escrita que o indivíduo desenvolve em suas relações e práticas sociais. Não há como propor uma avaliação que consiga abranger o letramento em todas as suas manifestações. Para Magda Soares,

[...] qualquer avaliação ou medição desse fenômeno será relativa, dependendo de o quê (quais habilidades de leitura e/ou escrita e/ou práticas sociais de letramento) estiver sendo avaliado ou medido, porque (para quais fins ou propósitos), quando (em que momento) e onde (em que contexto socioeconômico e cultural) se está avaliando ou medindo, e como (de acordo com quais critérios) é feita a avaliação ou a medição (SOARES, 2009, p. 115).

Dessa forma, é preciso considerar todos esses aspectos em que a avaliação ou a medição do letramento se dá, para que se possam compreender melhor os resultados que a partir delas são obtidos.

Assim, apesar da complexidade em se construir um instrumento avaliativo preciso para o letramento, é fundamental conhecer e compreender os níveis de letramento de um povo num dado momento da história ou até mesmo nos diversos momentos de sua história. Esses dados, ainda que imprecisos, poderão conduzir a uma melhor percepção da situação do letramento no país, bem como a uma reflexão sobre propostas potenciais para a melhoria desses índices.

4 Níveis de letramento: comentários sobre alguns dados de pesquisas

Existem, pelo menos, três mecanismos para avaliar e medir o letramento no Brasil: os censos populacionais, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; as provas realizadas por órgãos oficiais - SAEB, ENEM -, que avaliam os sistemas educativos; e as pesquisas por amostragem. Cada mecanismo tem objetivos e métodos próprios para avaliar e medir o letramento no lugar e no momento em que aplicam suas avaliações.

a) Censos populacionais: alguns dados do IBGE

Os censos populacionais, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, têm feito pesquisas sobre alfabetização desde o início de sua atuação, em 1872 (FERRARO 2002, p. 26). Porém, apenas no ano de 1950, a concepção de alfabetizado e analfabeto foi consideravelmente alterada, a partir da definição da UNESCO, citada anteriormente. Portanto, é interessante ressaltar que uma análise comparativa que considere os anos anteriores a 1950 deverá mostrar que o critério para definição de alfabetizado e analfabeto era bem diferente.

O IBGE utiliza o critério baseado na definição da UNESCO – ler e escrever um bilhete simples – e o número de anos de estudo. É considerada alfabetizada a pessoa que declare ter essa competência. Observa-se, contudo, que esse método de coleta de dados compromete a precisão dos resultados, uma vez que a condição de analfabeto é carregada de preconceitos e discriminação. A declaração livre e espontânea do indivíduo é afetada por essa condição socioculturalmente marcada.

Com o critério de anos de escolaridade, o IBGE estabelece o nível de letramento do indivíduo, que varia do nível um ao nível três, numa escala entre um a oito anos ou mais de estudo. O nível um corresponde àqueles que possuem de um a três anos de estudo; o nível dois refere-se àqueles que possuem entre quatro a sete anos de estudo; e o nível três corresponde àqueles que possuem oito anos ou mais de estudo. Contudo, nesse critério, como no anterior, temos também a dificuldade de depender da declaração de um indivíduo abordado na pesquisa, que, além de responder por si, responde ainda por todos os moradores da casa.

É importante mencionar que nos países desenvolvidos não são quatro, mas oito anos de estudo o critério para superar a condição de analfabeto funcional (RIBEIRO, 2002, p. 53). Percebemos, assim, que o país carece de políticas públicas que valorizem e viabilizem uma formação educacional, entendendo que isso é requisito fundamental para o desenvolvimento de um país.

Vejamos os seguintes dados, colhidos entre 2002 e 2005, por Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio - PNAD:

Tabela 1 – Grau de instrução da população brasileira de 15 a 64 anos

Grau de instrução	% PNAD 2002	% PNAD 2003	% PNAD 2004	% PNAD 2005
Sem escolaridade	9,5	9,2	9,1	8,7
1ª a 4ª série	28,4	26,7	25,9	24,9
5ª a 8ª série	26,6	26,5	25,8	25,5
Ensino Médio	25,9	27,4	28,8	29,9
Superior	9,6	10,2	10,5	10,9

Fonte: Arquivo *INAF*- Balanço de cinco anos, em que os autores atribuem esses dados ao IBGE

Observamos que, entre 2002 e 2005, menos de 10% da população brasileira jovem - classificação dada pelo IBGE - de 15 a 64 anos, possuem nível superior. A maioria da população do país, nessa faixa etária, divide-se entre os níveis correspondentes ao Ensino Fundamental. E quase a terça parte do total declara ter o Ensino Médio. Isso representa um avanço considerável no acesso à educação básica nesse início de século. Faz-se, ainda, necessário verificar a questão da qualidade desse ensino.

Esses índices revelam um país em que a maioria da população possui níveis básicos na habilidade de leitura e escrita. Tal constatação é preocupante porque a carência de instrução ocasiona e/ou contribui para a carência de outras necessidades, de modo que o desenvolvimento de um país, nessas condições, fica comprometido.

b) Avaliações do sistema educativo brasileiro: alguns dados do SAEB

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB -, criado em 1990, objetiva avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e da aprendizagem no âmbito do Ensino Fundamental e Médio.

Aplicado a cada dois anos, utiliza testes e questionários para analisar o desempenho dos alunos e os fatores associados a esse desempenho, coletando informações sobre alunos, professores, diretores e escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Participam da avaliação alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, que fazem provas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, além de responder a um questionário sobre seus hábitos de estudo e suas características socioculturais.

As provas do SAEB, contudo, são elaboradas de acordo com uma matriz de descritores “concebidos e formulados como uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos alunos, que se traduzem em certas competências e habilidades” (MEC, INEP, 2011 apud SOARES, 2003, p. 103). Tal fato compromete a precisão dos dados no que se refere à competência leitora e escritora em situações cotidianas de uso dessas habilidades.

Os dados quantitativos obtidos na prova do SAEB correspondem a escalas de desempenho² que estão subdivididas nos seguintes estágios: Muito crítico, Crítico,

Intermediário e Adequado. Cada estágio é composto por habilidades que evidenciam o nível atingido pelos alunos, de acordo com a série que está cursando.

Vejam os alguns dados do SAEB, para os alunos do Ensino Fundamental, antiga 4ª série, atual 5º ano:

Tabela 2 – Nível de proficiência em leitura e escrita

Estágio	2001 (%)	2003 (%)
Muito crítico	22,2	18,7
Crítico	36,8	36,7
Intermediário	36,2	39,7
Adequado	4,9	4,8
Total	100	100

Fonte: Adaptado MEC/INEP/DAEP (2004)

Percebe-se que 39,7% dos alunos da 4ª série - 5º ano - do ensino fundamental estão no estágio intermediário, ou seja, estão começando a desenvolver algumas habilidades de leitura próximas do nível exigido para a série. Porém, quando somamos o percentual de alunos nos níveis crítico e muito crítico, percebemos que mais de 55% dos alunos estão em níveis precários de habilidades de leitura. Tal soma aponta que a maioria dos alunos mal consegue decodificar o que está escrito, não foi alfabetizada adequadamente, decodifica apenas narrativas simples e curtas e localiza informações explícitas.

É um resultado alarmante para esse nível de ensino, uma vez que é considerado o grau mínimo de escolarização para que se possa adquirir as habilidades básicas de leitura e escrita.

Vejam, agora, o SAEB aplicado aos alunos da série final do Ensino Fundamental, a antiga 8ª série, atual 9º ano:

Tabela 3 - Nível de proficiência em leitura e escrita

Estágio	2001 (%)	2003 (%)
Muito crítico	1,9	4,3
Crítico	20,1	22
Intermediário	64,8	63,8
Adequado	10,3	9,3
Total	100	100

Fonte: Adaptado MEC/INEP/DAEP (2004)

Observa-se que cerca de 60%, ou seja, mais da metade dos estudantes da 8ª série, estão no nível intermediário nas habilidades de leitura, enquanto mais de 20% ainda permanecem entre os níveis crítico e muito crítico. Apenas 10% alcançam o nível adequado de proficiência em leitura. Apesar de termos mais da metade dos alunos no nível intermediário, isso não deve ser tomado como algo aceitável. O nível intermediário corresponde àqueles alunos que estão começando a desenvolver as habilidades de leitura e escrita, mas o nível dessas habilidades não corresponde ao adequado para a série.

Ainda assim, esses dados apresentam um diagnóstico melhor do que os dados dos estudantes de 4ª série. Entretanto, mesmo que os consideremos como representativos da população escolar brasileira, o nível intermediário de proficiência em leitura não assegura que os estudantes possam interagir na comunidade letrada em que se inserem. É provável que, se o indivíduo não avançar para o nível adequado, as habilidades de leitura aprendidas possam ser esquecidas devido à falta de uso. Essa probabilidade aumenta ainda mais quando consideramos o fato de que muitos dos estudantes que concluem a 8ª série não ingressam no Ensino Médio.

c) Pesquisas por amostragem: alguns dados do INAF

O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - INAF - é uma iniciativa de duas organizações não governamentais brasileiras: o Instituto Paulo Montenegro e a Ação Educativa. O INAF orienta-se por uma concepção ampla de alfabetismo, que abarca não só habilidades de leitura, escrita e cálculo numérico, mas também as práticas de leitura, escrita, cálculo e representação numérica dos diversos segmentos sociais, em seus mais variados contextos.

O INAF utiliza dois tipos de instrumentos para coleta de dados: testes (de leitura e matemática) e questionários que recolhem informações detalhadas sobre os usos que as pessoas fazem dessas habilidades em diversos contextos, os acervos e equipamentos a que têm acesso, as opiniões que têm sobre suas disposições e capacidades para usar a leitura, a escrita e o cálculo numérico.

Esse órgão define quatro níveis de alfabetismo³: Analfabeto, Alfabetismo nível rudimentar, Alfabetismo nível básico, Alfabetismo nível pleno.

Vejamos alguns dados do INAF:

Tabela 4 - Inaf/Brasil - Evolução do Indicador de Alfabetismo

População de 15 a 64 anos (%)						
	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009
Analfabeto	12	13	12	11	9	7
Rudimentar	27	26	26	26	25	20
Básico	34	36	37	38	38	46
Pleno	26	25	25	26	28	27

Fonte: Arquivo INAF Brasil – 2009. Indicador de Alfabetismo Funcional. Principais resultados.

De modo geral, observamos que a maioria da população brasileira encontra-se entre os níveis rudimentar e básico (66%, em 2009). O número de analfabetos diminuiu cinco pontos percentuais de 2001 a 2009, enquanto que o número de pessoas no nível pleno permaneceu por volta de um quarto da população de jovens do país, número ainda pouco significativo.

Esses dados permitem vislumbrar uma sociedade que utiliza a leitura e a escrita em situações básicas de interação verbal, reservando a uma minoria o acesso aos bens culturais da sociedade letrada.

Considerações finais

Observamos, neste trabalho, que os índices de analfabetismo, neste país, ainda são expressivos e que tais índices ainda são insuficientes diante das exigências postas pela vida social. O letramento constitui, assim, habilidade fundamental a ser trabalhada nas escolas para promover a conscientização e a compreensão das contradições sociais que nos cercam.

A preocupação com o analfabetismo absoluto ainda se configura como um problema urgente, mas não apenas para que o indivíduo conheça o código linguístico e, assim, possa ler e escrever, como se esse fosse um processo meramente mecânico. É necessário promover um ensino que não se configure apenas na aquisição do código, mas que capacite o sujeito para interagir no contexto das práticas sociais em que ele se insere.

Os índices de alfabetismo apontam que a população adquiriu as habilidades de leitura e de escrita em nível básico e que o grau de escolaridade atinge o Ensino Médio. Ou seja, os dados revelam, de modo geral, que as habilidades de leitura e de escrita apresentadas não correspondem ao grau de escolaridade adquirido. Essa constatação aponta deficiência na qualidade do ensino.

Dessa forma, é importante refletir sobre a questão da democratização do ensino básico. Isto é, não basta garantir o acesso à educação básica, é necessário garantir a qualidade desse ensino. O ensino básico deve atender às necessidades do indivíduo no acesso aos bens culturais da sociedade letrada, nas oportunidades de emprego e na

continuidade de estudos. Um ensino que garanta ao indivíduo condições de competir numa sociedade dominadora e excludente.

Assim, pensamos que a questão do letramento no Brasil envolve também um comprometimento maior com a qualidade da educação. Não se pode permitir que dados estatísticos medianos levem ao comodismo da sociedade civil. É preciso que a preocupação com a qualidade da educação permaneça não pela vergonha de ocupar os últimos lugares nas pesquisas, mas, sobretudo, pela conscientização de que é por meio da educação que se desenvolve um país.

É importante mencionar, ainda, que, apesar de o país ainda apresentar índices insuficientes de níveis de letramento, o tema já tem sido discutido por vários estudiosos da área da educação e da linguagem, de modo que já temos alguns encaminhamentos para promoção e ampliação desses níveis. Enquanto educadores, precisamos nos apropriar dessas contribuições teóricas e investir nessa proposta em nossa prática docente.

Notas:

¹ “O nível 1 de letramento compreende todos aqueles que informaram ter um a três anos de estudo concluídos. De um lado, ele sinaliza a ultrapassagem da barreira que se interpõe entre o analfabetismo na sua forma mais cabal e o que se poderia chamar de mínimo dos mínimos em termos de alfabetização e letramento” (FERRARO, 2002, p. 38-39). “O nível 2 de letramento compreende todos aqueles que tenham concluído pelo menos a 4ª série e que não tenham ido além da 7ª série do fundamental. Este segundo atesta a aquisição da capacidade mínima de operação em sentido mais amplo e universal que o contido na expressão “alfabetização funcional”, fortemente colada ao mercado de trabalho” (FERRARO, 2002, p. 39-42). O nível 3 de letramento compreende todos aqueles que concluam a 8ª série ou mais. Ele constitui naquilo que seriam as competências letradas mínimas, estabelecidas pela Constituição de 1988. É considerado, ainda, nível do “mínimo constitucional” (FERRARO, 2002, p. 42).

²**Muito Crítico** (0 a 125) Não desenvolveram habilidades de leitura mínimas condizentes com quatro anos de escolarização. Não foram alfabetizados adequadamente.

Crítico (125 a 175) Não são leitores competentes, lêem de forma ainda pouco condizente com a série; construíram o entendimento de frases simples. São leitores ainda no nível primário, decodificam apenas a superfície de narrativas simples e curtas, localizando informações explícitas, dentre outras habilidades.

Intermediário (175 a 250) Começando a desenvolver as habilidades de leitura mais próximas do nível exigido para a série. Inferem informações explícitas em textos mais longos; identificam a finalidade de um texto informativo; reconhecem o tema de um texto e a idéia principal; e reconhecem os elementos que constroem uma narrativa, tais como o conflito gerador, os personagens e o desfecho do conflito, dentre outras habilidades.

Adequado (acima de 250) São leitores com nível de compreensão de textos adequado à série. São leitores com habilidades consolidadas. Estabelecem a relação de causa e consequência em textos narrativos mais longos; reconhecem o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação; distinguem efeitos de humor mais sutis; identificam a finalidade de um texto com base em pistas textuais mais elaboradas; depreendem relação de causa e consequência implícita no texto, além de outras habilidades (Adaptado do arquivo: Resultados do SAEB. Brasília, DF, 2003-2004).

³**Analfabetismo** corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem decodificação de palavras e frases.

Alfabetismo nível rudimentar corresponde à capacidade de localizar informações explícitas em textos curtos, um anúncio ou pequena carta.

Alfabetismo nível básico corresponde à capacidade de localizar informações em textos um pouco mais extensos, podendo realizar pequenas inferências.

Alfabetismo nível pleno corresponde à capacidade de ler textos longos, orientando-se por subtítulos, localizando mais de uma informação, de acordo com condições estabelecidas, relacionando partes de um texto, comparando dois textos, realizando inferências e sínteses (Adaptado do arquivo: INAF BRASIL – 2009 Indicador de Alfabetismo Funcional Principais resultados)

Referências

- BRASIL. IBOPE. Instituto Paulo Montenegro. INAF BRASIL-2009. **Indicador de alfabetismo funcional**: principais resultados. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/download/inaf_brasil_2009_relatorio_divulgacao_revisto_fev-11_vFinal.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resultados do SAEB**. Brasília - DF, 2003-2004. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/saeb/2004/resultados/BRASIL.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2011.
- BRASÍLIA. **PISA**: Relatório Nacional. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu-brasil/pisa2000.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.
- BRASÍLIA. **Relatório SAEB 2001**: Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000131.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- FLORIANI, V. M.; Vital L. P. **O letramento na Educação Básica do Brasil**: uma análise a partir dos resultados do SAEB 2001 e 2003. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/463/581>>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed.. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- PAINI, L. D. et al. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**: Maringá, v. 27, n. 2, p. 223-230, 2005.
- RIBEIRO, V. M. **Indicadores de alfabetização no Brasil**: problemas e perspectivas. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/indicadoresdealfabetizacao.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2011.
- _____. Analfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 60, p. 144-158, dez. 1997.
- RIBEIRO, V. M. et al. Letramento no Brasil: alguns resultados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 49-70, dez. 2002.
- SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



_____. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. (Org.) **Letramento no Brasil:** reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003.